

**ATA DA REUNIÃO-CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL  
CMDR**

**Data: 03 de Novembro de 2022- Horário: 16:00hs**

**Local: Auditório do 7º andar do Paço Municipal**

---

Aos três dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, Presidente José Dimas inicia a presente reunião cumprimentando a todos que estão presentes no auditório e aqueles que estão participando via remota. Que a pedido do Secretário de Sustentabilidade, Marcelo Manara, terá a apresentação do senhor Cláudio Scali, Secretário Executivo da Agência Ambiental Vale do Paraíba, que passará informações da recém-criada agência, apresentando um pouco da formação e do processo. Com a palavra Claudio Scali, que cumprimenta e agradece a todos e espera poder estar contribuindo nesse conselho tão importante para o município e região. Inicia a apresentação, fazendo uma pequena homenagem, a três pessoas que ajudaram e contribuíram com a questão da Agência Ambiental. Uma delas é o nosso ex-Prefeito Felício e atual Vice-Governador eleito, a segunda pessoa é o Anderson, atual Prefeito, que na época da criação da Agência ele era o Secretário de Governo e deu toda a força e por fim, o Secretário Manara, uma pessoa de extrema importância para a criação da agência, tendo em vista que ambos correram todos os municípios, levando essa proposta. Explica que a Agência Ambiental do Vale do Paraíba é uma agência intermunicipal, ou seja, feita pelos poderes executivos. Que tem como objetivo fazer o licenciamento de baixo impacto, ou seja, licenciamentos que afetam única e exclusivamente o município. Foram criados pela Lei 11.107 que veio para regulamentar os consórcios e apaziguar as questões jurídicas de consórcios existentes a serem criados posteriormente. Que em São José dos Campos foi criada a Lei 13.804 que autoriza o poder executivo a fazer parte do consórcio, e o objetivo é fazer o licenciamento ambiental municipal, empreendimentos e atividades que causam ou possam causar impacto ambiental de âmbito local. Em conformidade com a resolução Consema 01/2018, essa

MA

W

resolução fala exatamente quais são as atividades que são entendidas como impacto local, uma vez até que está sendo feita junto ao Conselho Estadual o qual faz parte como conselheiro, representando a ANAMMA, é essa revisão irá ampliar essa atividade de impacto local. A estrutura da agência tem como Presidente, o Prefeito Anderson, um conselho composto por dois membros de cada município consorciado, um representando o poder público local outro representando a sociedade civil. Esse conselho não é só fiscal, é também de controle social. E tem contratos de livre provimento que é o Secretário Executivo, duas Diretorias, uma Técnica e uma Administrativa. As etapas da implantação da agência houve a mobilização dos municípios interessados, com o apoio da ANAMMA com a participação do Secretário Manara na visita em cada município da região que tinham manifestado interesse. Uma articulação com a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do estado de São Paulo, com a CETESB, o Gaema, que é o Grupo de Apoio Especial de Meio Ambiente, foi levado um protocolo de intenções para os Prefeitos assinarem. Isso ocorreu de março a julho de 2021 e a segunda etapa, em julho a novembro de 2021, onde dez municípios assinaram, mas somente seis aprovaram nas suas Câmaras Municipais. Após, foram criadas a Lei de Taxa e o Portal de licenciamento do Vale do Paraíba. A terceira etapa foi em dezembro, onde foi feita a primeira Assembleia dos Prefeitos no dia 3 de dezembro, data de nascimento da Agência, onde se elegeu a presidência nessa época, onde era o Prefeito de São José era o Felício e o Vice o Prefeito de Jambeiro. A indicação do Secretário, aprovação do estatuto e aprovações da Lei de Taxas foi feita na primeira Assembleia. A quarta etapa, em dezembro a março, com estatuto aprovado, foi a criação do CMTJ, a assinatura dos contratos de rateio com os seis municípios, a indicação da Diretoria Administrativa e Diretoria Técnica. A formação do corpo técnico-administrativo e a estrutura física e sede estão aqui em São José dos Campos. O protocolo de intenções foi assinado por dez municípios, mas Bananal, Jacareí, Pindamonhangaba e São José do Barreiro não conseguiram aprovar até

dezembro nas suas Câmaras Municipais. Que outros municípios mostraram se interessados em fazer parte da agência: Guaratinguetá, Campos do Jordão, Lorena, Caçapava, São Luiz do Paraitinga e Ubatuba. Que a agência nasceu para desafogar a CETESB, um processo mais ágil, mais barato. O município vai verificar a resolução 01, dividida em três tipos de impacto local, baixo, médio e alto. As vantagens seria a celeridade, a viabilidade do município pequeno e médio porte ser licenciador. A questão das taxas menores. Essas taxas vão para o município, mas quando a CETESB faz o licenciamento no município o empreendimento é no município, o impacto é no município só que a taxa fica com a CETESB. Outra questão, o IBAMA, cobra de todo e qualquer empreendimento que tenha impacto ambiental, uma taxa, que é a TCFA, que é a Taxa de Controle Fiscalização Ambiental e essa taxa é dividida entre o município, IBAMA e Estado. O estado de São Paulo não repassava essa taxa, e, numa luta os municípios já estão recebendo a taxa TCFA. Que a partir de agora, os licenciamentos serão repassados. São José vai receber mais de dois milhões logo na primeira etapa e vai poder usar para questões ambientais no município. Claudio Scali encerra a apresentação e está a disposição para perguntas. Com a palavra o conselheiro Juarez que parabeniza Claudio pela apresentação, estende os parabéns ao Secretário Manara e ao Prefeito pela iniciativa de levar adiante essa questão da agência para fazer o licenciamento municipal. Comunica que saiu a licença de instalação da via Jaguari. Que foram três anos para tirar a licença, processo de duas mil e duzentas e quarenta páginas, um processo muito longo, bastante dispendioso, demorou três anos para poder expedir a licença, então, a expectativa da agência para São José dos Campos e região é muito grande. Com relação ao Conselho Rural e aos produtores rurais, acha fundamental, se não concluída está a revisão da deliberação 01/2018, que o Conselho se debruce sobre ela, dos cento e cinquenta e sete CNAEs que estão elencados para que se proceda o licenciamento ambiental municipal, praticamente não tem nada para o produtor rural. Então, com relação aos

AM

W

produtores, acredita que é preciso se debruçar na revisão da 01/2018 para colocar aquilo que interessa ao produtor rural, porque algumas atividades agropecuárias estão ainda restritas. Claudio responde que as propostas dos CNAEs estão elencadas e se tiverem algumas atividades que o produtor rural queira fazer e não tão incluídas, acrescente e manda para a agência para poder ser inserida. Com a palavra conselheiro Capitão Mauro, que vê com bons olhos a implantação desse consórcio. Pergunta onde será instalada a agência e a questão do licenciamento para regularizar essas novas atividades como deve ser feito? Claudio Scali responde que todo licenciamento será feito através de forma online, onde se faz o download dos documentos, de acordo com solicitação, onde o sistema encaminhará os documentos específicos para cada caso. O acesso ao portal do site é [www.agenciambientaldovale](http://www.agenciambientaldovale). Com a palavra o conselheiro Vinícius Corrêa que parabeniza a iniciativa de Felício Ramuth, Prefeito Anderson, Secretário Marcelo Manara, essa gestão é uma gestão que entrou desde o começo com uma séria preocupação em relação ao desenvolvimento e sustentabilidade na zona rural. Então, o norte principal foi trazer desburocratização e facilitação para o produtor rural. Isso começou com muita maestria na SEURBS quando toda a equipe, o Prefeito e o Anderson quando Secretário de Governo entendeu a alteração do zoneamento macroeconômico e levou para a zona rural o que nunca tinha que são as possibilidades de novas atividades de agroindústria, atividades ligadas ao produtor rural passíveis de serem licenciadas e executadas. Hoje, até abrir um CNPJ pela Sala do Empreendedor na zona rural, o produtor consegue não o CNPJ de Produtor rural corriqueiro, mas sim de uma empresa, uma indústria. Que seria importante que a agência entendesse quais são as atividades que o zoneamento permite na zona rural e incluí-las todas de uma vez. Que diariamente recebe muitas lamentações dos próprios produtores rurais em relação à morosidade da CETESB para abrir uma empresa. Vinicius sugere que seja criada uma câmara técnica para que seja garantido e passado para a

At.

Tr

Agência Ambiental as necessidades de licenciamento que os Produtores Rurais necessitam. Claudio agradece Vinicius, e como já informou, as propostas da Resolução 01 e o Anexo I que é da área industrial e não industrial já avançou, por exemplo, supressão de vegetação em área rural, inclusão de CNAEs de algumas atividades, e a agência precisa saber o que o produtor rural quer, o que já produzem. Com a palavra Juarez que acha importante lembrar que a Deliberação Consema 01/2018, fixa atividades e empreendimentos, a tipologia de acordo com o artigo nono da 140/2011. Quer dizer que as atividades a serem feitas tenham uma intervenção local, então é cabível que o Conselho se debruce porque pode encaixar no artigo nono da 140 que normatiza a 01/2018, e se propõe a ajudar. Com a palavra Presidente Dimas que pergunta ao conselho se alguém tem alguma objeção quanto a criação de uma câmara técnica para tratar dessa deliberação com relação às atividades e empreendimentos na área rural que tenha a ver com a Agência Ambiental. Nenhuma objeção sugere que seja composto por Vinicius e Juarez, pergunta se alguém mais gostaria de compor essa câmara técnica para discutir especificamente esse assunto? Coronal Mauro confirma a participação. Com a palavra Claudio Scali que agradece o convite para participar da plenária e estará a disposição na agência para quaisquer dúvidas. Presidente agradece Claudio Scali e dando continuidade a reunião faz uma breve sugestão de data do calendário das reuniões de 2023. Informa ao conselho que a secretária executiva Marisa encaminhará via e-mail e que na reunião de dezembro será avaliado. A respeito da Primeira Caravana Rural, Presidente solicita que o Ronaldo fale um pouco do objetivo dessa caravana. Ronaldo cumprimenta a todos os conselheiros, informa que está representando o Secretário de Urbanismo e Sustentabilidade, Marcelo Manara, que está em outra reunião no sexto andar. Que existe um interesse muito grande e vontade quando foi formado o CMDR em trazer à tona o que está acontecendo no setor de desenvolvimento rural. Começou da criação da Divisão de Desenvolvimento Rural que trouxe muitas soluções e alternativas para o produtor. A Sala do

Empreendedor Rural funciona do Ponto Rural em São Francisco Xavier e na Zona Norte, esse ano já foi definido que, provavelmente com mais três postos avançados da Sala do Empreendedor em áreas estratégicas para São José, para ficar mais próximo do Microempreendedor individual. O ideal é ter um escritório da Sala do Empreendedor em posto avançado na zona sul, zona sudeste e zona leste. Zona norte já tem, ao lado do Ponto Rural em São Francisco Xavier. E a caravana, que foi pensada com o objetivo de mostrar todas às instituições que tem representantes dentro do CMDR, o que está acontecendo na zona rural. Os conselheiros receberão o convite previamente, agendada para o dia 25 próximo, vai ser um dia de trabalho, extremamente importante. Presidente agradece Ronaldo e informa que a ideia é um encontro no CEF com o Prefeito Anderson e seguiremos o roteiro constante no convite. Presidente passa a palavra para Rodolfo que vai trazer informações sobre retorno da EDP. Rodolfo cumprimenta a todos e informa que não recebeu ainda um retorno do pessoal da EDP, foi encaminhada para eles a documentação que já foi montada junto com o Vinícius o modelo de autodeclaração para a ligação. Foi encaminhada para o pessoal da EDP por meio do Departamento de Concessionárias da SMC. O que foi discutindo por meio do Secretário Manara foi de tentar ver direto com o Ministério Público a validação desse modelo para a partir daí já ter a aplicação do modelo da autodeclaração. Que já foram feitas duas reuniões das câmaras técnicas, decidido de forma rápida, e o que atrasou foi a resposta da EDP. Que o próximo passo será conversar com o Secretário Manara para tentar já disparar essa validação junto ao MP. Nada mais a tratar Presidente encerra a presente reunião e eu Marisa do Prado Sá Durante lavrei a presente ata.

José Dimas Pereira

Presidente

Marisa do Prado Sá Durante

Secretária Executiva